

## Étnico-racial, o gênero e a segurança pública: apontamentos para uma investigação acadêmica

### Ethnic-racial, gender and public safety: notes for an investigation

José da Cruz Bispo de Miranda<sup>1</sup>, Diego Mateus dos Santos<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

O artigo apresenta bases epistemológicas sobre temas relativos aos ao étnico-racial, o gênero e a segurança pública, a partir da interseccionalidade e dos direitos humanos. As problemáticas suscitadas pelas temáticas são interdisciplinares e pensadas de forma transdisciplinares, sob a perspectiva dos grupos vulneráveis. Os atravessamentos temáticos ocorrem por descrever questões complexas e implicadas por raça, gênero e violência. Essas mesmas questões requerem um ‘olhar’ no qual variáveis precisam ser colocadas lado a lado e simultaneamente para verificação de sua força no processo de sujeição ou de emancipação nos corpos dos agentes sociais. É uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, neste sentido, utiliza a praxeologia, abordagem que compatibiliza ideias estruturalistas e construtivistas, para isso, separa as representações do senso comum para demarcar as estruturas objetivas, o campo; em seguida, realça a experiência imediata dos agentes pela noção de *habitus*. Portanto, o debate epistêmico sobre o étnico-racial, o gênero e a segurança a partir dos atravessamentos e da interseccionalidade possibilitam pluralidades investigativas bibliográficas e empíricas na premissa do desvelamento das relações de dominação, subalternidade, violência e racismo.

**Palavras-chave:** Étnico-racial. Gênero. Segurança Pública. Praxeologia. Pesquisa.

---

#### ABSTRACT

The article presents epistemological bases on themes related to ethnic-racial, gender and public security, based on intersectionality and human rights. The issues raised by the themes are interdisciplinary and thought of in a transdisciplinary way, from the perspective of vulnerable groups. Thematic crossings occur because they describe complex issues implied by race, gender and violence. These same questions require a 'look' in which variables need to be placed side by side and simultaneously to verify their strength in the process of subjection or emancipation in the bodies of social agent0073. It is a qualitative and bibliographical research, in this sense, it uses praxeology, an approach that makes structuralist and constructivist ideas compatible, for that, it separates the representations of common sense

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Sociais (NUPECSO)

<sup>2</sup> Cientista Social pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Sociais (NUPECSO)

to demarcate the objective structures, the field; then, it highlights the agents' immediate experience through the notion of habitus. Therefore, the epistemic debate on the ethnic-racial, gender and security from the crossings and intersectionality enable bibliographic and empirical investigative pluralities on the premise of unveiling the relations of domination, subalternity, violence and racism.

**Keywords:** Ethnic-racial. Gender. Public security. praxeology. Search.

---

## INTRODUÇÃO

O artigo apresenta elementos epistêmicos para a investigação de temas a partir da perspectiva dos direitos humanos e da interseccionalidade. As problemáticas suscitadas pelas relações étnico-raciais, as de gênero e a segurança pública são interdisciplinares e pensadas de forma transdisciplinares, sob a perspectiva dos grupos vulneráveis. Neste sentido pretende-se analisar os elementos teóricos que produzem o construto mental e social que possibilita as violências de gênero e étnico-racial na sociedade contemporânea com o objetivo de desvelar as predisposições sociais e institucionais que reforçam essas violências e a manutenção da exclusão social e a fragilidade na garantia de direitos.

Para um mapeamento da trilha de investigação preliminar a partir do objetivo da pesquisa faz-se necessário: a) construir um mapa teórico e epistemológico das violências de gênero e étnico-racial; b) verificar as predisposições sociais e institucionais que possibilitam as violências de gênero e o étnico-racial; c) pesquisar dados violência contra mulher no período de 2015 a 2023; d) entender os programas de ação afirmativa enquanto inclusão social de negros/as e pobres no ensino superior e; e) estudar o enfrentamento das violências étnico-racial e de gênero a partir das novas concepções de segurança pública.

Os atravessamentos temáticos ocorrem por descrever questões complexas e implicadas por raça, gênero e violência. Essas mesmas questões requerem um ‘olhar’ no qual variáveis precisam ser colocadas lado a lado e simultaneamente para verificação de sua força no processo de sujeição ou de emancipação nos corpos dos agentes sociais. A interseccionalidade utiliza os elementos de raça, gênero e violência, em outros momentos, a faixa etária para verificar o contexto do agente.

A trilha percorrida para a investigação surge na ‘caminhada’, no ‘juntar pela rua’ pedaços que sejam ‘uteis’ para a compreensão das questões e temas apresentados. Neste caso,

a praxeologia e a interseccionalidade são complementares, sendo a que a primeira possibilita pensar o agente como parcial autonomia para transformar seu contexto social na relação entre o *habitus* e o campo. A interseccionalidade possibilita pensar o corpo atravessado pela raça, gênero, faixa etária e tantas condicionantes que o afetam na definição de sua situação social.

## **METODOLOGIA**

Nossos sentidos estão a capturar o que está ao seu alcance, superficialmente, a realidade apresenta uma grande quantidade de dados e de informações desordenadas. Esse ‘caos’ precisa de uma ordenação. Como organizá-los? Seguindo Weber (2001) ao afirmar que é preciso um consenso apreciar posicionamentos teóricos diversos para evitar o sectarismo no debate intelectual.

Os dados retirados da realidade devem ser selecionados pela abordagem teórica e metodológica adotada pelos sujeitos pesquisadores levando em consideração a especificidade dos sujeitos pesquisados. Tendo que considerar temáticas como a violência contra mulher e negros e a transversalidade dessas temáticas com a violência de gênero e a racial a praxeologia se impõe enquanto abordagem que possibilita a reflexão dessas temáticas.

A praxeologia é uma abordagem que compatibiliza ideias estruturalistas e construtivistas, como diz Wacquant (1992), inicialmente separa as representações do senso comum para demarcar as estruturas objetivas, o campo; em seguida, realça a experiência imediata dos agentes pela noção de *habitus*.

As categorias de *habitus* e campo possibilitam a análise da imbricada relação entre o agente e a sociedade, a produção da crença e as estruturas de pensamento. O olhar a partir das microestruturas, das relações intersubjetivas, como diz Foucault (1989) da microfísica do poder. Por outro lado, as relações com o campo, com as estruturas, o que seja, com as instâncias legitimadoras das crenças e das práticas sociais e culturais condicionam os agentes a partir da produção dos *habitus*. Nesta perspectiva Bourdieu (1999, p. 18-20) afirma:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio* corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.

Todos nós humanos e a natureza somos construídos pelas ideias produzidas por grupos sociais, esses orquestram a lógica do pensamento considerando a dominação pretendida. Por outro lado, essa construção não poderia ocorrer sem o consentimento dos agentes. Neste sentido, a compreensão de que é no substrato social, na esfera das relações que as ideias se movimentam e, a partir disso, se estruturam e formam instituições capazes de organizarem e exercerem a dominação (FOUCAULT, 2003).

A perspectiva praxeológica, une a visão construtivista e estruturalista, na medida em que produz explicações que sintetizam as relações intersubjetivas e os condicionamentos das estruturas sociais (WACQUANT, 1992).

Com base na praxeologia podemos antecipar algumas categorias teóricas fundamentais para a compreensão das temáticas: a violência, a violência simbólica, a cultura, o feminicídio, o gênero e as relações raciais, a sociedade patriarcal, a sociedade escravista e as políticas públicas. As categorias teóricas apontam para uma pesquisa de interseccionalidade, que abrange temáticas diversas, tendo em comum a preocupação com o desvelar das relações de dominar e opressão na sociedade contemporânea.<sup>3</sup>

A compreensão das relações raciais e da violência cometida contra negros/as na sociedade contemporânea pode ser encontrada nas condições históricas, sociais e culturais que formaram o povo brasileiro. Inicialmente Guimarães (2002) ao afirmar que o desvelamento do racismo no Brasil não pode desprender da categoria de raça, não no sentido biológico, mas sendo essa construída a partir de premissas políticas.

A singularidade do pensar de Guimarães encontra em Hasenbalg (2005) uma explicação correspondente para a permanência do preconceito e da discriminação na sociedade contemporânea. A sociedade escravista ainda persiste nas atitudes de pessoas e nas orientações explícitas e implícitas de instituições sociais e estatais.

A compreensão do mundo das mulheres negras na sociedade escravocrata americana revela a opressão da sociedade masculina sobre as mulheres negras e a força do preconceito

---

<sup>3</sup> Os referenciais teóricos das categorias assinaladas, especialmente a violência simbólica, a de gênero e a de cultura trazem à tona a compreensão de suas construções pelo mundo social, o que significa a denegação dos elementos condicionante na natureza biológica (BOURDIEU, 1999; SAFFIOTI, 1987, 2004; SCOTT, 1989).

racial em comparação com os do sexo (DAVIS, 2013). Com essa percepção é possível os acúmulos de fatores que contribuem para a exclusão social de pessoas e grupos. A interseccionalidade faz compreender que variáveis como a classe social, o gênero, a sexualidade, o étnico-racial, dentre outras podem marcar profundamente a história social dos grupos e das pessoas e, a depender do contexto Em relação semelhante é demonstrada por Pepetela (1992, p. 28), na obra ‘A geração da Utopia’ descreve a convivência de jovens africanos na casa do estudante em Lisboa nos anos 60/70 e na composição das mesas no refeitório a regra era a nacionalidade, contudo, quando o país tinha estudantes brancos e negros, predominava a raça, pergunta ele: “A raça conta mais que a origem geográfica?”

Esses aportes teóricos iniciais despertam a atenção para a compreensão do surgimento e permanência das violências contra a mulher e negros/as e, que a descoberta, mesmo que parcial de uma lógica explicativa traz elementos comuns aos grupos em destaque, notadamente no universo explicativo.

A apropriação do conhecimento através da pesquisa bibliográfica requer esforços e técnicas específicas. O fato de optarmos por uma metodologia que busca trilhas distintas do trabalho empírico, não significa que os sujeitos estarão ausentes na construção dos dados, mas que sua participação ocorrerá na percepção de sua ‘respiração’, do ‘barulho’ dos seus movimentos e na hermenêutica produzida por seus intérpretes e observadores. Essa forma de busca dos sujeitos é compatível com a antropologia, mesmo sendo essa um campo de conhecimento que privilegie a empiria. Diz Geertz (1989, p. 15):

O homem é um animal amarrado em teias de significado que ele mesmo teceu. Assumo a cultura como sendo essas teias e a *sua análise; portanto, não como uma ciência experimental* em busca de leis, mas como uma *ciência interpretativa* em busca de significado (Grifos nosso).

A antropologia hermenêutica desenvolvida por Clifford Geertz confirma a importância do trabalho etnográfico, porém os dados primários sem a interpretação, como diz ele, uma segunda e terceira leituras não é antropologia. Neste caso, a pesquisa ora proposta tem seu fundamento metodológico na interpretação dos dados primários, sendo esses documentos e secundários; se forem entrevistas, narrativas ou outras formas de falas dos sujeitos pela segunda interpretação.

As técnicas de pesquisa bibliográfica devem controlar o acesso às bibliografias necessárias ao desvendamento das questões suscitadas pelo pesquisador. As recomendações mencionadas nos projetos com esses procedimentos, preocupam-se com as proposições

teóricas, que autores e o pensamento teórico norteiam o desvelar das questões da pesquisa; com um conjunto de técnicas de escolhas, leituras e sistematização de bibliografias por autores, pensamento teórico e período, e; por fim, a terceira apontar as técnicas de análise e interpretação das obras que subsidiarão os resultados da investigação acadêmica.

Estas recomendações podem ser descritas, especialmente no que se refere à coleta de dados, escolha da bibliografia e recorte temporal. Após a primeira etapa da pesquisa que ocorre com a elaboração do projeto de pesquisa; segue-se a etapa que prioriza a coleta de dados. Sendo essa bibliografia, o foco está nos livros, nos autores e nas temáticas, respeitando os critérios de recorte das questões, dos objetivos e a temporalidade, no caso específico, da sociologia e antropologia, desde os 60 do século XX até início do século XXI. Contudo a abrangência das obras é o que está relacionado no objetivo específico, uma vez que o recorte temático e temporal possa trazer um número expressivo de obras impossíveis de serem analisadas no período delimitado e, que muitas vezes, estão fora das questões suscitadas.

Vale mencionar que os aspectos educacionais serão coletados de forma bibliográfica, mas de forma secundária, tais como o acréscimo de artigos acadêmicos relacionados à temática da violência contra mulher e negros e segurança pública.

De que forma a bibliografia (livros e artigos) será estudada e analisada? Inicialmente a leitura dos livros e artigos seguirão os procedimentos descritos por Andrade (1997), uma vez que a escolha das obras citadas acima não elimina outras que podem ser encontradas durante o processo de pesquisa.

### **Instrumentos de coleta e análise dos dados**

A pesquisa tem seu caráter qualitativo e focaliza a captura dos dados em fontes bibliográficas, sendo os livros, os artigos acadêmicos e as fontes documentais. A organização desse conteúdo segue: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

Na primeira etapa, a pré-análise, é fundamental, especialmente por ser uma pesquisa bibliográfica e documental descrever as suas fases internas, tais como: a) a leitura “flutuante”; 2) a escolha de documentos; 3) a regra da exaustividade; 4) regra da representatividade; 5) a regra da homogeneidade; 6) a regra da pertinência.

Na etapa da pré-análise ocorre o conhecimento do conteúdo, sua organização, sistematização. Na segunda etapa, a exploração do material, consiste na aplicação das regras da codificação ou decodificação, da categorização ou do que designo como teorização progressiva (sistematização de unidades e sua interpretação/análise) (GOMES, 2002).

As técnicas da leitura bibliográfica e a coleta de documentos são atividades indispensáveis na forma de fazer a pesquisa bibliográfica. Estas técnicas servem para compreensão do objeto, a busca de suas relações com objetos tangenciais e a captura de novos conhecimentos produzidos em teses, dissertações, artigos e livros.

## **Instrumentos de análise e interpretação**

### **Teorização progressiva**

Denomino como teorização progressiva a interpretação dos dados oriundos da leitura bibliográfica, dos documentos oficiais a partir das teorias utilizadas neste trabalho. Esta técnica traz consigo a possibilidade de interpretação dos achados de forma gradual, na medida em que os dados aparecerem nos textos analisados (FLICK, 2004). Podemos entender que a leitura pragmática dos textos e dos documentos possibilita a formação de eixos discursivos, nos quais se pode destringir ‘indicadores’ vinculado à uma unidade de sentido do eixo. Com isso a descoberta de contradições e interfaces farão a estrutura dos resultados da análise proposta.

### **Categorização**

Alternativa que se apresenta enquanto forma de organização dos dados bibliográficos, que consiste na construção de categorias, como Laurence Bardin (2011), é uma forma de agrupamentos em torno das características comuns dos elementos encontrados.

A teorização e a categorização são complementares numa pesquisa que abrange temáticas amplas e complexas e os dados podem ter sido produzidos por diferentes métodos. Ainda, neste aspecto, a perspectiva da investigação encontra respaldo no campo dos direitos humanos, tendo em vista, os agentes sociais afetados pelas categorias trazidas para a reflexão.: raça, gênero e violência.

## **NO ‘OLHAR’ DOS DIREITOS HUMANOS**

A investigação de fenômenos empíricos ou de outra natureza perpassam áreas de conhecimentos e saberes os mais diferentes, contudo existem determinadas formas de enquadramento que transcendem as disciplinares. Os direitos humanos é um campo de conhecimento e práticas empíricos e teóricos transdisciplinares que objetivam a produção de saberes para a garantia da liberdade a todas as pessoas sem distinção de raça, credo, sexo, língua, religião, opinião política, etc, conforme inciso II da Declaração Universal dos Direitos humanos.

Estudos e pesquisas nestas temáticas, notadamente referentes aos grupos vulneráveis, potencialmente são de direitos humanos, ainda, o enquadramento dado por Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56), na obra “Reconhecer para Libertar” quando nos indica o olhar específico deste direito ao afirmar: “Temos o direito a ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza [...]”. A preocupação do olhar está em evitar o atravessamento dos elementos de opressão em forma legal ou mesmo sob o disfarce de igualdade na sociedade aberta.

Os elementos de dominação procuram brechas e essas estão no descompasso entre a igualdade material e a abstrata. Este descompasso é capitaneado por uma estrutura social patriarcal, branca, capitalista, associado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais que gera a invisibilidade de grupos vulneráveis.

Direitos Humanos é um conceito polissêmico, controverso e estruturante. É polissêmico, pois, por mais que tenha gerado acordos e consensos, isso não lhe dá sentido único. É controverso, pois abre espaço de discussão e debate em geral polêmicos. É estruturante, pois diz respeito a questões de fundo que tocam a vida de todos e de cada um (CARBONARI, 2007). É neste campo que a investigação em tela se enquadra, especialmente por tratar dos três eixos de dominação: gênero, raça-etnia e classe social. Estes eixos têm como ação/programa que afetam os corpos dos sujeitos, a segurança pública. Estes corpos-sujeitos são afetados pelas relações de um campo em disputa atravessado pela polissemia de significados culturais e políticos (BUTLLER, 2018)

O emaranhado de nossas relações sociais, culturais e políticas é constituído por significações produzidas no interior de campos sociais, em razão disso, o *habitus* que produzimos para enfrentar o cotidiano de nossas realidades é múltiplo, polissêmico e

controverso. Neste sentido a percepção das realidades de dominação na sociedade contemporânea e, a sua forma de produção, de disseminação, de reprodução e de transformação devem ser compreendidas a partir dos agentes e campos produtores dos códigos simbólicos (BOURDIEU, 2006).

Os códigos simbólicos são os referenciais para a vida em sociedade, esta requer um conjunto de regras, que uma vez transversalizada pelos setores e instâncias constroem uma malha de estratificações entre os agentes, seus valores e suas instituições. Esta malha desenvolve técnicas de sujeição e tipos específicos de dominação, estes ajustáveis e adaptáveis ao espaço social, no qual os agentes vivem suas realidades.

No campo do vivido os agentes são encontrados em diversos campos e, muitos desses agentes se constituem e se mobilizam por diversos interesses, atuando em múltiplas dimensões. As habilidades dos agentes em seu campo de origem e nos outros nos quais transitam decorrem da interiorização a partir do campo de ideias, de princípios e de valores. Esta energia é acumulada e, em seguida exteriorizada na forma de movimento.

A preocupação desta pesquisa é evitar a violação dos direitos de pessoas e de grupos sociais a partir da compreensão dos mecanismos de produção, de reprodução e de transformação da sujeição em diversos agentes sociais, notadamente no contexto das relações de gênero e étnico-raciais, entendo neste último, as condições de subordinação que a sociedade contemporânea produz em seus diversos campos em desfavor dos negros/negras, tais como na emancipação de quilombos autodeclarados, nas relações de trabalho, no acesso aos bens culturais, tais como o ensino superior e básico, no campo da violência social e institucional e na contínua reprodução de classificações e hierarquias.

O olhar que busca desvelar as imbricadas relações de dominação é movido pelas realidades que se apresentam nos corpos e nas coisas do mundo vivido: as depreciações sobre corpos que resultam em discriminações, em homicídios, em hierarquias e margens culturais. Os corpos são significados por grupos como dóceis, frágeis, sensíveis, baixa capacidade intelectual; outros como fortes, resistentes, viris, alta capacidade intelectual. Que corpos recebem essas significações? Quem atribui esses significados? Que objetivos tendem alcançar com essas classificações?

As teses que temos sobre o passado, parte delas nos diz que a autoconsciência não era utilizada para pensar as condições existenciais (LAPLATINE, 1999), para outros, quando a

elaboramos, produzimos numa relação de dependência e subordinação à natureza (DAMATTA, 1990), ou seja de forma reativa. A forma de elaboração de constituição de nossa realidade impacta nas representações que temos sobre o corpo das pessoas, sua etnia-raça, na relação de gênero, em sua sexualidade, em nossa religiosidade/espiritualidade.

A manipulação do corpo é observada por Foucault (1999), a começar pela família, esse é um jogo de luta entre pais e filhos, entre a criança e as instâncias de controle. Os diversos mecanismos de saberes se apropriam do corpo e o domesticam, o subordinam às instâncias de controle. Essa sujeição tem suas especificidades a depender do sexo, da raça/etnia e do gênero.

As formas e as especificidades de dominação e os grupos sociais, os quais a opressão se apresenta são inúmeros (ciganos, criança e adolescentes, prostitutas, policiais, adeptos de religiões de matriz africanas, no Brasil, negros e negras, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexuais [LGBTTI+], mulheres, dentre outros), contudo, a investigação estende seu olhar para as relações de gênero e raça/etnia perpassada pelo fator segurança pública e as condições de emancipação das comunidades quilombolas. Qual a razão desse recorte?

O recorte temático e de sujeitos ocorre a partir do percurso de pesquisa do investigador; segundo, pela inquietação que abrange contextos, tais como: relações de gênero nas forças de segurança pública, nas escolas e na produção de feminicídio; terceiro, pelas questões a serem desveladas na temática da raça/etnia/quilombo, tendo em vista o conjunto de discriminações e injustiças que constroem a realidade social, cultura e política desse segmento na sociedade contemporânea e; quarto, pela interseccionalidade. Este termo designa a forma de percepção da sujeição e dominação, a qual reconhece uma multiplicidade de fatores que condicionam a sujeição e a dominação dos agentes de forma simultânea.

As temáticas e as questões trazidas para essa investigação são explicitadas abaixo a partir de seus eixos de dominação. Tradicionalmente a interseccionalidade foi constituída para refletir os eixos de dominação, neste caso, o gênero, a etnia-raça e a classe social (DAVIS, 2013; McCALI, 2005), apesar de essa forma de pensar as categorias e os processos de dominação ter a possibilidade de se estender para outros eixos, extensão é criticada por muitos (SAID, 1983), nesse trabalho os olhares se estenderão sobre esses mesmos eixos: gênero, etnia-raça e, tangencialmente a classe social.

Os eixos de dominação possuem suas especificidades e seus campos produzem valores a partir de suas condições sociais, culturais e políticas, entretanto, os mecanismos produtores de dominação se transversalizam para cada eixo energizando-os de forma simultânea a opressão sobre o corpo e as coisas dos agentes. A condição de ser mulher, a condição de negro ou negra e a condição de ser pobre impactam as relações de gênero, as relações étnico-racial e as condições sociais, que fragiliza os agentes em suas duas primeiras condições.

As iluminações parecem se restringir a áreas cada vez menores nesta época de sociedade líquida, na qual os modos de vida dos agentes são permeados dos estilos apolíneos e os dionisíacos (BENEDICT, 2013), a estrutura e os *communitas* (TURNER, 1997) e, paralelo a essa hibridação de viver, valores fincados no patriarcalismo, no racismo, no sexismo e no capitalismo sentem o impacto dos valores alternativos e produz um *feedback* que faz ressurgir *habitus* antes reprimidos pelo processo civilizatório.

A condição de ser mulher retratada na lei Maria da Penha e no feminicídio (lei 11.340/06 e a 13.104/2015, respectivamente) coloca a feminilidade, quer esteja essa no corpo homem ou da mulher, em vulnerabilidade. Os elementos de impulsividade exteriorizados em razão dos poucos elementos civilizatórios capazes de contê-la (ELIAS, 1994) e das condições produzidas por um cenário de valores patriarcais, sexistas, econômicas e, por vezes raciais tem levado homens a matarem suas esposas, namoradas, amigas, a garota de programa, muitas dessas travestis e transexuais.

O feminicídio não deve ser analisado apenas pelo eixo da condição de ser mulher ou por sua feminilidade, mas pelo reconhecimento que outros eixos contribuem para a situação de vulnerabilidade, tais como a sua condição social e étnico-racial. Dependendo do eixo que se apresenta com mais força no corpo e nas coisas dos agentes pode-se encontrar o de maior relevância para a construção da condição que produziu a opressão, que pode ser sentida em forma de violência, desde a simbólica à física. Dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí indicam que foram 83 mortes de mulheres por feminicídio no Estado do Piauí, desde 2015 (PIAUI, 2018). No quadro do homicídio em geral as mulheres negras (pardas e negras) representam 84.55% (dados do Ministério Público Estadual).

A condição de ser negro é um eixo que tem estruturado a forma de pensar dos agentes brancos e negros/negras em nossa sociedade. A maioria dos que elaboram a condição do negro/negra brasileiro/a marca a escravização como um fenômeno que se agregou ao corpo e às ideias. A condição de ser negro/negra e a escravização impactam na produção de variáveis

que posicionam o corpo e os objetos negros na sociedade brasileira (MOURA, 1988; SANSONE, 2000). Pensar o negro e a negra como produtor de uma cultura que não faz parte da estrutura civilizacional brasileira é garantir a sua exclusão do modelo político, econômico e cultural. A repercussão disso está na distribuição do mercado de trabalho; na entrada, permanência e conclusão na universidade; na remuneração no mercado de trabalho; na titulação de terras para as comunidades quilombolas e nos homicídios, dos quais 80% são negros /negras.

A condição de classe social, designada como a que manifesta a propriedade ou não dos meios de produção, dos bens culturais, das relações sociais e simbólicas (BOURDIEU, 2008) segrega os agentes a um conjunto de valores e práticas sociais específicas de suas condições sociais de existência. O *habitus* popular faz diferenciação, classificação e distinção entre os diversos agentes e grupos sociais. O grau de desigualdade social impacta nas formas de apreciação e classificação referente ao sexo, ao gênero, à raça/etnia e ao sexismo.

Os eixos de dominação, neste trabalho, serão pesquisados a partir de instituições e fenômenos, no caso, na segurança pública e seus órgãos de prevenção, repressão e investigação criminal; no enfrentamento das comunidades quilombolas e autodeclaradas para a titulação de suas terras e dignidade e nas relações étnico-raciais nas instituições educacionais, no mercado de trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo traz apontamentos epistemológicos e metodológicos para a reflexão sobre uma as relações étnico-raciais, o gênero e a violência, especialmente sobre negros e as mulheres, com dados do contexto piauiense. Quanto aos aspectos epistemológicos e metodológicos, o texto aponta elementos para o aprofundamento da totalidade de alternativas que serviriam para espriar, alargar o entendimento das questões suscitadas aqui. Por outro lado, o espaço deixado motiva pesquisadores e pesquisadoras a superar os limites dessa reflexão.

A pesquisa com temáticas marginais, como as evocadas neste artigo, têm se popularizado, porém as abordagens e metodologias com as quais são praticadas limitam o potencial descritivo e desvelador das questões suscitadas. A interseccionalidade e a

praxeologia ampliam os olhares sobre os sujeitos e o campo pesquisados, oportunizando proposições de políticas públicas, o engajamento nos direitos humanos e formulando indicações para novas pesquisas.

Portanto, a relevância de pesquisas neste campo de conhecimento justifica-se pelos dados apresentados que descrevem um contexto de negros e mulheres que se conflagra na medida em que as políticas públicas, através das instituições da segurança pública, ministério público e de legislações de ações afirmativas não têm resultados exitosos para essas populações.

## REFEÊNCIAS

BARDIN, L; **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BITHECOURT, Francisco. **Racismos**. Das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP: Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças do candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARBONARI, Paulo César. Direitos Humanos no Brasil: uma leitura da situação em perspectiva. In: **Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectivas**. [publicação coordenada por Parceiros de Misereor, MNDH, PAD e Plataforma DhESCA Brasil]. Rio de Janeiro: Ceris/Mauad, 2007, p. 19-66.

CATANI, A. M., CATANI, D. B., & PEREIRA, G. R. de M. (2001). As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, s.v.(17), 63-85.

- DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. Uma introdução à antropologia. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Lisboa/Portugal: Plataforma Livre, 2013 (Digitalizado)
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução a Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Ed. Artmed, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vontade de Saber (V.1). Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. Maria Cecília de Sousa Minayo(Org.). **Pesquisa Social**. 21ª ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2002. P. 67-80.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, Raças e Classes**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro/IUPERJ, 2005.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- McCALI, L. The Complexity of Intersectionality. **Signs** 30(3), 2005, p. 1771–800.
- MIRANDA, José da Cruz Bispo de. O discurso antirracista e o fracasso das políticas de ações afirmativas no ensino superior. Elio Ferreira & Feliciano José Bezerra Filho (Orgs). **Literatura, História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Teresina, Piauí: EdUFPI/FUESPI, 2013. P. 203-215.
- MOURA, Clóvis. **A Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988
- MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**. Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUNANGA, Kabegle & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- PEPETELA. **A geração da utopia**. Alfragide (Portugal): Leya, Publicações Dom Quixote, 1992.
- PIAUI. Secretaria Estadual da Segurança Pública. Estatísticas criminais. Disponível em <http://www.pc.pi.gov.br/index.php>. Acesso em 03.03.2021.

- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Revista Estudos Feministas**. N 02, 1995, p. 446-457
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983
- SALES, Sandra Regina. Acordos e Tensões. O debate sobre políticas de ação afirmativa na universidade brasileira. Deise Mancebo; João dos Reis Silva Jr & João Ferreira de Oliveira (Orgs). **Reformas e Políticas. Educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. P. 117-133.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bointempo, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- SCOTT, Joan – Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. As particularidades do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2. 2005.
- SILVA, Iraneide Soares. **Abrindo caminhos, construindo novos espaços de afirmação**: ações afirmativas para a população negra brasileira na educação profissional e tecnológica. Curitiba, Paraná: Editora Appris, Honoris Causa, 2011.
- SILVA, Joice de Souza Freitas; GOMES, Almiralva Ferraz *et all*. Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da Bahia. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 2014.
- SOWELL, Thomas. **Ação afirmativa ao redor do mundo**. Um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais. São Paulo: É Realizações, 2016.
- TURNER, Vitor W. **O processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1997.
- WACQUANT, L. “Toward a Social Praxeology: The Structure and Logic of Bourdieu’s Sociology” in **Bourdieu and Wacquant. An Invitation to a Reflexive Sociology**. 1992 Chicago: The University of Chicago Press. pp. 1-59.

*Recebido em: 15/12/2021*

*Aprovado em: 18/01/2022*

*Publicado em: 23/01/2022*